



Emergências da circunstancialidade na cidade contemporânea: entre heranças, testamentos e desafios do lugar

Autores:

Vitor Sartori Cordova - PUC-Campinas - vitorcordova@yahoo.com.br

Jane Victal - PUC-Campinas - janevictal@puc-campinas.edu.br

Resumo:

O habitat, para muitas pesquisas sobre urbanismo, pautaria a discussão sobre o lugar do “homem tradicional” como romântica. Assim sendo, muitas destas investigações estariam conectadas a uma análise das novas formas produtivas e às alteridades no espaço urbano, fomentando aportes teóricos derradeiros sobre os fenômenos da cidade. Todavia, crê-se que a tradução destas mudanças se dá num nível mais “aterrado” do que imaginam as sistematizações acadêmicas. Desta forma, apresenta-se um pequeno ensaio onde discute-se os problemas analíticos e de sociabilidade na cidade contemporânea sob a ótica do modo de vida mais conectado à cotidianidade da vida, isto é, a casa. Desta maneira, discutir o urbano e as diversas formas de vivência é admiti-lo numa compreensão mais holística (humana) que envolve, também, um reencantamento do papel do pesquisador quanto as possibilidades que seu objeto de estudo já contempla e que se-dá a compreender.



EMERGÊNCIAS DA CIRCUNSTANCIALIDADE NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Entre heranças, testamentos e desafios do lugar

REFLEXÕES NOS LABIRINTOS TORTUOSOS DA CONTEMPORANEIDADE

O ser coletivo na contemporaneidade sofreu consideráveis baixas nos últimos tempos, principalmente, quando o mesmo deixou de ser relevante em sua plenitude existencial. O agravante se ressalta quando esta forma de ser e de se expressar é banalizada pelas técnicas de *marketing*, onde classificam os seres humanos conforme possibilidades de consumo (RIBEIRO, 2014). Esta possibilidade instancia-se na “capacidade de saciar desejos” cada vez mais diversos, sejam os materiais: carro, casa, aparelhos eletrônicos; ou os imateriais: beleza, sucesso, etc., inculcando modificações importantes no campo cognitivo humano - sendo este campo o principal encarregado pela compreensão espaço-temporal do homem.

Quando da evolução do campo tecnológico, a corporeidade humana (e conseqüentemente esta cognição) fora posta em jogo pela interminável odisseia de eventos dispostos por este mundo. Uma das conseqüências fora a compressão espaço-temporal em uma única função: a de se conectar, pensada como a forma mais moderna de associação e agremiação.

Entre as diversas problematizações deste ato, a mais inquietante converge em como os componentes tecnológicos introduziram uma nova mentalidade técnica para o ser humano, isto é, a criação de um tipo de “sistema” independente de suas reações (GIDDENS, 1991; SANTOS, 2008). Este sistema entraria no rol das especificidades intencionais, isto é, na criação de sentidos, de significados e de percepções. Entretanto, para isso, houve também a exigência da reorganização da realidade material por intermédio destas modalidades tecnológicas, acarretando problemas dos mais catastróficos: ao invés das trocas de experiências prometidas no tempo e no espaço simultâneo, esta seria condicionada à uma instigação sem aceção, onde a humanização do homem passou a ponderar primeiro os objetos criados por esta “consciência” para, depois, considerar esta própria humanização, se tornando este o arcabouço técnico-científico contemporâneo.

Assim sendo, esta iníqua relação se estende ao espaço da cidade, onde a imagem fomentada pelo novo mundo do “espetáculo urbano” tenta reestabelecer por si só a “participação democrática do sujeito”. Aliás, sujeito este que deixa de ser o “sujeito pleno de direitos” para se tornar o “ator”, o “protagonista” do novo palco em que se converteu o “teatro da vida urbana” (RIBEIRO, 2014). Obliterando-se a liberdade humana em decorrência deste fator, coloca-se em seu lugar uma suposta “liberdade individual” que, atualmente, propõem criar um sentido por si mesma ao palimpsesto urbano (CORBOZ, 2004).



É a partir disso que se tem, por intermédio da pasteurização da informação, a mercantilização das construções e da vida urbana em forma de produtos, fomentando desejos e promessas ao homem de ser diferente perante os demais. Assim, toda esta atitude alude à uma capacidade de criar um mundo com uma outra noção de “coletividade”, onde a sociedade contemporânea, perante o uso desbragado da ciência e pela exponencial inovação tecnológica e da informação, pagam o preço da desorganização dos direitos do cidadão nos âmbitos mais diversos como, por exemplo, o político (ARENDR, 2001).

Esta desorganização pode ser encontrada no atual cenário da política econômica, onde os estímulos efetuados pelas altas racionalidades operativas se encontram exatamente nos territórios onde os tentáculos da concorrência e da competitividade espacializam as influências da globalização (SANTOS, 2011). As características culturais deste novo quadro contemporâneo, habilmente agindo no campo cognitivo (quando, por exemplo, ostenta que a *consciência de direitos* pode ser pacificamente substituída pela *promessa de oportunidades*), transforma o papel da subjetividade, desorganizando-o à partir da instalação de uma nova psicosfera¹ extremamente favorável às grandes corporações que detém os meios de produção. Desta maneira, antigas solidariedades arraigadas em seu território praticado e vivido são destroçadas em favor de uma “verticalidade”, isto é, de imposições altamente racionais de outros epicentros hegemônicos de poder, muitas vezes não concentrados nos mesmos locais destes territórios e extremamente indiferentes aos mesmos - diferentemente de algumas outras imposições verticais que ainda exigiam um controle horizontal do poder local, como era o caso das indústrias em ciclos produtivos específicos como, por exemplo, o fordista.

No mesmo viés, há também a construção de discursos específicos para a fomentação de tais verticalidades na interação entre fixos (melhor dizendo, a desconstrução destes como condição de qualquer ação, assim como é o espaço público) e fluxos (o quadro ideológico disseminado pelas tecnologias da velocidade, que constroem “verdades” sobre a destruição do espaço pelo tempo)². Para tais feitos há uma busca constante do esgarçamento do presente, uma tentativa de irrupção de um tempo onde a atopia impera na conjuntura do mundo humano. Desta forma, passado, presente e futuro se alinham e se colocam numa conduta evolutiva, ou melhor, seletiva entre o que é importante para a conservação do espaço (às vezes até ao que é importante se analisar no mesmo) e o que não é³.

¹ Esta, um resultado das crenças, desejos e vontades que inspiram comportamentos práticos e ideários, como também os hábitos das inter-relações entre as pessoas e destas com o mundo, ou seja, a intencionalidade humana.

² Esta recomposição entre fixos e fluxos ascende-se também através da constante criação de auto-identidades fomentadas pelo avanço das tecnologias comunicativas, exigindo a “desmaterialização” do lugar e do homem para sua efetivação (GIDDENS, 1991). Neste viés, tais auto-identidades compõem-se e são verificadas das formas mais corriqueiras quando o assunto tratado é a “cidade contemporânea”, como o conceito de “rede” (uma qualificação técnica que envolve a supressão tempo-espaço) e “globalização” (mormente vista como uma estanciação considerável, porém, não raro rasa para a explicação da grande obsolescência estabelecida pela desvinculação entre sujeito e lugar).

³ Pode-se encontrar, em consequência disso, terminologias como “pós-cidade” e “urbanização contemporânea” que não necessariamente consideram a crítica do território praticado e suas decorrentes resistências frente aos artifícios técnicos, científicos e informacionais que o recompõe em situações favoráveis à expansão das novas exigências do modo de produção capitalista (ou o que Milton Santos denominaria de “globalização do processo da mais valia”). Mais precisamente, tais terminologias se debruçam primordialmente em analisar como estes artifícios agem incisivamente na espacialização perversa da produtividade e da competitividade entre os territórios e em como os fluxos informacionais o descaracterizam e/ou impõe outros fixos, mas não se atentam que elas próprias tornam seus objetos de estudos “mais unânimes” que outros.



Tal seleção instiga-se pelo enviesamento da promoção dos lugares, um tipo de rotulação pronta para ser consumida pelo ramo turístico onde há, neste caso, um certame entre os territórios no intuito de se acomodarem mais facilmente no rol do novo meio técnico-científico-informacional (RIBEIRO 2014; SANTOS, 2008). Todavia, tais litígios evidenciam diversas brechas dos quais os menos favorecidos neste íterim com sua lentidão⁴ (por não estarem “tecnicamente aptos”) iluminam por intermédio de suas ações no cotidiano (sejam práticas ou memoriais) a valorização de seu território vivido e praticado frente ao amorfo “espaço globalizado”. Este território vivido, representado pelo que se é denominado de “prático-inerte”, isto é, o resultado das totalizações do passado que cria rugosidades na vida social e que concede existência e potencialidade transformadora ao lugar, é o responsável pelas resistências sociais aos desenraizamentos efetuados pelo ideário das grandes corporações administrativas - ávidas pelo controle e eficácia no campo empírico (e virtual) do atual modo de produção (SANTOS, 2002). Seu sistema de objetos e de ações, ou seja, a paisagem, o lugar e suas obras - conjuntamente com as ações e comportamentos demandados por estes práticos inertes - abriga a memória e a ação, estas mesmas que são resistências territorializadas e com força de conceber a vida com suas experiências acumuladas, regras de sociabilidade e de compromissos comunitários (SANTOS, 1997).

É este processo que traduz o lugar como o verdadeiro espaço da responsabilidade perante o outro, melhor dizendo, a concepção da existência deste outro e a construção contínua, com ele, das técnicas do lugar - este um saber-fazer e um saber-transformar o conhecimento do homem comum quando requisitado a enfrentar e compreender os problemas de tempos vindouros. Assim sendo, a inteligência estabelecida entre o prático inerte e o sujeito, (que compreende a escuta do outro), através de compromissos éticos (este, uma incumbência que se enraíza com, no e para o lugar) é uma estratégia importante para a tentativa da organização da vida coletiva perante o estigma do progresso desmedido.

É precisamente este reconhecimento da natureza relacional que se oblitera cada vez mais, transformando o sujeito no citado “ator” ou “protagonista” do espaço⁵, ou melhor, é-se agora confundido no sujeito da ação a sua capacidade de *individuação* (um estado de consciência onde o “eu” transparece indivisível perante a si, aos outros e ao mundo, isto é, um estágio contemplativo deste estado de coisas) com o processo alienante da *individualização* (onde as particularidades do mesmo seriam acionadas conforme meras eventualidades) (RIBEIRO, 2014). Isto não significa que a tessitura das relações humanas no tecido social (urbano) valoriza a natureza individual, mas sim que os mais amplos vínculos estabelecidos no campo societário não conseguem se solidificar se não oferecerem uma possibilidade onde o “eu” consiga se identificar perante o “nós”, pois a maneira

⁴ A categoria cunhada por Santos (2008) denominada “homem lento” corresponde ao sujeito que conhece seu lugar na medida em que enraíza seus conhecimentos em seu território, dependendo dele para formar o que este autor denomina de “sistema de objetos” e “sistema de ações”, isto é, uma interação com seu espaço herdado, onde este é formado por um contínuo intercâmbio entre mortos (tradição) e vivos, o qual as normas e as regras de convívio se inscrevem na materialidade (objetos) sustentando a cultura imaterial (ações). Assim, o espaço herdado aciona-se pela alcunha de “prático inerte”, que pode ser compreendido como uma sintonia entre o senso prático dos sujeitos (experiência) e seu lugar.

⁵ Desta maneira, a construção de argumentos críticos quanto ao processo da urbanização atual se esconde numa fetichização entre o novo espaço estabelecido por estas auto-identidades e o novo “protagonista” que seria o sujeito sem direito ao lugar, inviabilizando uma outra possibilidade de se pensar o processo da globalização (a qual reforça e salienta as ações possíveis e as resistências diárias dos homens lentos) além da já previamente fornecida pela suposta “liberdade individual” da espetacularização da vida urbana, a qual não conhece barreiras e distâncias (RIBEIRO, 2014; SANTOS, 2011).

como o indivíduo se vê e conduz suas relações depende de uma estrutura complexa onde a associação se pautar de forma mais consistente com os outros (e com o seu mundo).

E onde poderia ser estabelecida esta relação? No espaço vivido, no lugar de pertencimento, no território praticado, onde a complexidade do lugar é que orienta as propostas de ação ou, se for preferível, os valores, a intencionalidade desta ação (SANTOS, 1997; 2008).

O problema converge quando impedimentos de caráter de linguagem sintética ressaltam o que é denominado de “Ocidente desencarnado⁶” onde, através de projetos orientados pela ótica mercantil, transformam os contextos da vida coletiva em alvos de investimentos sem compromissos com a preservação das heranças culturais ou dos locais onde haviam conquistas coletivas. A globalização, responsável por esta situação, poderia, desta forma, ser lida como um fenômeno que conjuga economia e pretensões civilizatórias, racionalizando os usos do espaço historicamente construído e criando redes especializadas (onde o processo de unificação do mundo dar-se-ia através de vetores perversos da modernidade, disseminando um princípio de ordem sob mando de restritos atores hegemônicos em escala planetária) (SANTOS, 2011).

Tais redes, quando se instalam no espaço, unificam os lugares por intermédio do fracionamento de suas atividades em comum, onde esta desagregação se dá por meio das redes de informação especializada que transmitem sua afirmação através da regularidade exata da inteligência artificial. Assim sendo, este fenômeno, ao mesmo tempo em que guarda uma capacidade de cooperação somente entre os seus operadores, é altamente excludente no que tange ao espaço, isto quando, na cidade, disseminam problemas como a gentrificação e a inculcação dos hábitos de habitar em locais perigosos em segurança como os condomínios fechados (MARANDOLA JÚNIOR, 2008).

Neste viés, descola-se este fenômeno de quaisquer compromissos políticos, pois não sintetiza a troca de discursos em sua formação, onde a palavra-chave para a sua consolidação é “*gestão*”, tendo como ponto de partida o privilégio dos vínculos entre o poder econômico e o poder administrativo. Isso significa que o poder o qual se dissemina em escala mundial tem sido deixado cada vez mais aos “especialistas em mercadorias” construindo, para isso, audaciosas alianças entre a economia e a “cultura dos lugares” (RIBEIRO, 2014). Com isso, para a realização de seus ansiosos efeitos súbitos, o poder da sedução aqui gera-se no âmbito da “necessidade”, isto é, trata-se da emergência de um saber técnico em que haja a obrigação em criar produtos advindos de qualquer esfera da vida social, onde a única inovação seria um estímulo pré-determinado no intuito de canalizar a criatividade, a invenção e a iniciativa da cultura à operação mercantil.

Para isso, requisita-se a subordinação da política à economia e, no caso urbano, de seu desfecho em diversos nichos para sua efetivação como, por exemplo: a dispersão, o aumento de áreas de vazios urbanos além do esgarçamento de seu tecido consolidado, o despreendimento com o *ethos* do lugar e com a memória e a visão ainda imbricada de acatar o atual espaço como urbanização fragmentada. Isto é compreensível, pois a maior parte das análises sobre o fator “urbanização” estiveram vinculadas ao entendimento das agendas capitalistas, ou seja, de sua ação

⁶ Apesar de que esta ocidentalização do mundo não sirva como um modelo de civilização de fato, entretanto, seu maquinário socioeconômico pode ser altamente reproduzível (MARX, 1980).



no espaço, fomentando assim, para maior esclarecimento deste roteiro, análises histórico-estruturais (SECCHI, 2012).

Melhor dizendo, o movimento de construção e destruição da ordem capitalista no espaço da cidade ficou cingido à configuração denunciada por uma concepção deveras simplista do método histórico-materialista, fornecendo-se um organograma que pautava-se corriqueiramente numa análise do espaço urbano segundo parâmetros por vezes sistemáticos, como a organização da classe trabalhadora e seu lugar de sobrevivência frente aos privilegiados de classes mais abastadas. Além disso, os locais de produção e moradia eram determinados com certa clareza, devido ao eixo produtivo ainda depender de um posicionamento estratégico quanto à obtenção de fontes de abastecimento. Soma-se a isso o fato de ainda ser necessário considerar a organização do deslocamento da força de trabalho na cidade e as respectivas funções do urbano para uma efetiva racionalização de seu espaço (HALL, 2005; SECCHI, 2012).

Contudo, quando da metamorfose do capital iniciada à partir da crise de acumulação da década de 1970, a hegemonia do capital financeiro desestabilizaria o poder do Estado como interesse público, refazendo o senso de hierarquia das classes sociais e recompondo o meio geográfico através da difusão das tecnologias da informação (HARVEY, 2002). Isto geraria uma certa transformação das relações sociais de produção (e das técnicas de produção), onde fora fomentado a crise das cidades (fordistas) e do mundo do trabalho (e, também, uma crise analítica sobre o urbano) (SECCHI, 2012). O antigo binômio que orientava os projetos (econômicos) modernos, ou seja, urbanização e industrialização, quebrava-se, dando espaço à desindustrialização de áreas metropolitanas ao mesmo tempo em que emergem novas regiões produtivas e demais polos tecnológicos que evitam empecilhos ao seu audacioso projeto, como: pressões trabalhistas e sindicais, a insegurança da grande cidade e o convívio com as carências urbanas de diversas ordens (mais precisamente, com as áreas periféricas).

Neste viés, a homogeneização permitida pela técnica e pela sedimentação das relações sociais no espaço foram rompidas pelas novas apropriações empresariais (mesmo herdando o espaço historicamente constituído). Isto se deu, inevitavelmente, pelo predomínio da informática, interligada em numerosas atividades e injetando-se de forma cega no âmbito mercantil, conseguindo de forma ininterrupta abarcar a produção de novas mercadorias sem ao menos considerar a secularização dos lugares. A principal fonte para esta “gestão sem território” se dá por intermédio dos impulsos gerados por este campo, ou seja, na emergência de uma forma sistêmica e corporativa de agir, ao ponto de se apropriar das condições espaciais herdadas por intermédio de níveis avançados de comando (RIBEIRO, 2014). Neste viés, a atual fase do capitalismo, alimentada por contínuas inovações tecnológicas, intensificar-se-ia nas trocas mundiais de mercadorias e pessoas (não necessariamente em formas físicas).

Esta intensificação dos fluxos expressaria a amplitude do cenário da produção pela administração do consumo que se havia configurado em grande escala. Para isso, a intensidade de trocas, por seu caráter múltiplo e deveras inseguro (já que o fluxo de informações pode sofrer uma pane ou requerer reparos), demandam investimentos em infraestrutura, mas agora de um tipo mais específico. Deste modo, privilegia-se nos lugares os conteúdos técnicos que potencializam as ações que favoreçam a versão hegemônica do mercado. Tal especificidade vai se traduzindo por uma busca esquizofrênica por segurança, angariando investimentos que a garantam perfeitamente no

campo empírico e afirmando-se através da simultaneidade que estabelecem entre tempo e espaço. Isso significa que há cada vez mais corporações que monitoram as decisões tanto governamentais quanto do uso dos territórios, seja de seus recursos naturais, de seus ambientes ou do modo como a vida coletiva tenha que ser regida (GIDDENS, 1991).

Assim, a presentificação do sujeito agora é dada à partir do que o mesmo consegue destruir do seu espaço herdado, seja o nexos institucional (sua representação democrática na esfera pública), seja o campo das vinculações sociais (a tradição e os ensinamentos familiares). Desta forma, esta destruição, que se dá velozmente, sinaliza a imponência da verticalização que o lugar sofreu ao longo dos últimos anos (SANTOS, 2008). Ele (lugar) se torna paulatinamente um mero vetor para instâncias globais, impondo-se nele uma reestruturação produtiva e novos usos do território antes praticado, tendo-se fortes consequências quando se estende numa rede urbana metropolitana, encontrando-se ali: macrocefalias urbanas (onde a área de gerenciamento principal aumenta exponencialmente de tamanho e ganha proporções territoriais inimagináveis e onipresentes nos demais territórios do país, como é o caso de São Paulo), aumento das desigualdades pela hiperperiferização dada pela privatização dos espaços públicos e pela estratificação do tecido urbano, redução das relações interclassistas, a guetificação dos mais pobres, etc.

Desta maneira, a atualização do espaço herdado, estimulado pelo novo quadro político-econômico, corresponde somente às condições gerais de produção exigidas pelo ritmo da acumulação na escala da globalização da mais-valia. Esta globalização, de fato, é imposta como diretriz para ações do Estado na forma de monitoramento de hábitos, na padronização de costumes e da memória e na intolerância para projetos inovadores para a renovação da atual condição da vida urbana (RIBEIRO, 2014). Singularizando os lugares e a memória, também recusa a sobrevivência de muitas camadas populares (às vezes, literalmente), onde as táticas aqui serviriam para o acúmulo de experiências políticas que poderiam permitir a afirmação dos demais sujeitos sociais que portariam outras alternativas para a vivência em coletividade. Isto, pois a globalização da economia, ao estabelecer a unificação técnica do mundo, impondo as grandes narrativas evolucionistas e eternizando o presente, nada mais criou que o espectro da homogeneização, instituindo como única possibilidade de corresponder às urgências do mundo humano a de criar códigos calcados no novo economicismo, fazendo com que o reposicionamento da cultura transparece-se numa imagem ardilosa (tal qual uma vitrine) do que é vivenciar o lugar (SANTOS, 2011).

Tal imagem também serve para ampliar a perigosa visão messiânica de grupos políticos ávidos a se apropriarem desta eternização do presente e instaurar seus projetos que não fogem de uma similitude entre uma ética “religiosa” e o próprio capitalismo, já que aquela dissemina uma maneira de ver a vida que se alinha exatamente na educação para o trabalho. Esta, servindo para instaurar perversos discursos meritocráticos, onde o “céu” padroniza-se em *status* terreno (por intermédio da riqueza) e se enraizando na “base cultural” do denominado “ocidente”, advindo daí vários discursos extremamente xenófobos calcados no enrijecimento das políticas de seus respectivos Estados-nações (RIBEIRO, 2014; WEBER, 2004).

Sendo assim, tanto uma como outra visão engessam a criatividade e a espontaneidade humana, as quais compõe a real paisagem urbana, ou melhor, o lugar da ação e a efetivação da presentificação do sujeito: a denominada corporeidade.



Neste viés, o fortalecimento no cenário atual destes dois elementos (a globalização da economia e o seu revés, que seriam os projetos políticos exacerbadamente nacionalistas) fazem aflorar a importância da retomada do pensamento crítico da *urbs* (isto é, uma reflexão sobre como poderia ser retomada a relação qualitativa entre os papéis do sujeito político, seu lugar e a temporalidade), onde seria possível negar a ilusão de que o único futuro possível é constituído apenas pela “infinita reprodução dos momentos presentes”, no intuito de atualizar a forma de pensar a cidade para novos usos de seu espaço e com concepções socialmente responsáveis em termos de produção, consumo e trocas culturais.

Talvez seja aqui que o fator “reflexividade”, este instaurado na própria modernidade por intermédio da dúvida, deva ser encarado novamente como uma capacidade de pensar sobre a própria experiência social (e subjetiva), pois permite ir além dos limites do âmbito conservador e do diagnóstico labiríntico da suposta “pós-modernidade” (RIBEIRO, 2014). Dito isso, pois se os valores atribuídos à modernidade foram sempre caracterizados pela intelectualização (e não meramente erudição) da experiência social e pela dessacralização do mundo, acredita-se que possa ser prudente partir desta capacidade reflexiva para se atrever ao compromisso a que o próprio projeto moderno ainda não atingiu: encarar esta tarefa como uma contínua construção e desconstrução de valores de sua própria epistemologia.

Entretanto, por outro lado, deve ser alertado que esta incessante capacidade reflexiva abre brechas para vários problemas. Um deles é o da identidade, causando no próprio homem moderno um certo mal-estar instaurado pelas insuficiências deste projeto calcado na reflexão radical⁷. Isso advém desde o conceito cunhado por René Descartes de homem-universal iniciado pela descoberta da subjetividade, partindo-se da dúvida como método e chegando-se este recurso reflexivo à conclusão de que a subjetividade e a sua respectiva ação estariam abertas ao infinito (insuficientemente problematizado na figura de Deus). Assim também haveria empecilhos com respeito ao método de pensamento confeccionado por Immanuel Kant onde, tendo-se a constatação dos limites e da insuficiência dada pela finitude entre racionalidade (sujeito pensante) e razão (metafísica), como consequência, fez surgir diversos problemas epistemológicos como o de relacionar a razão com seu próprio fundamento (HEIDEGGER, 1929;2008).

Por outro lado, haveria a propulsão à diversas teorias que se pautariam pelo princípio da liberdade radical, sendo o sujeito concebido primeiramente como ser livre onde, segundo o existencialismo sartreano, esta liberdade seria uma constante construção (e não mais um atributo). Entretanto, esta nova constatação de liberdade estaria ainda vinculada à um estratagema que se interligaria a processos históricos específicos, chocando-se com diversos obstáculos exteriores à própria pessoa (o passado) e podendo ser interpretada erroneamente como incitadora de perigosas controvérsias concernentes à solidão e ao desamparo do indivíduo quando forçado a construir novos caminhos ao longo de sua existência (futuro). Isso poderia fazer surgir, em algumas oportunidades, opções por respostas mais concisas como as psicológicas e até as políticas extremistas.

⁷ Talvez, este projeto tenha em si valores tão inabarcáveis à condição humana que pode ser ele próprio o problema enquanto pensado como “o” método ou “o” caminho.



Desta forma, o que poderia conter a substancialidade quista pelo ser do homem para que a sua concreção ousasse transgredir (isto é, construir caminhos) a invisibilidade, a inexistência e aos projetos epistemológicos abstratos? O corpo⁸.

Assim como o espaço, o corpo unifica o sujeito esfacelado, já que exige a consideração racional de questões eternas e que são de todos: o acesso ao alimento, o alcance de condições de sobrevivência, o enfrentamento da morte, etc. O sujeito condicionado à sua permanente busca identitária permanece, afinal, preso ao seu corpo-espaço e, assim, ao indispensável compartilhamento de recursos e valores (RIBEIRO, 2014). Neste íterim, também é crível que o corpo, mesmo desterritorializado, ainda consiga resistir às diversas abstrações do mundo “sem rugosidades” e “alisado”, carregando consigo sua história num novo local mesmo que verticalmente impositivo (RIBEIRO, 2014).

Sendo assim, ele resiste ao império das estatísticas, à desmaterialização dos fluxos comunicacionais e é, ainda mais, um limite não ultrapassável como quisto pelas racionalidades impessoais, se transformando no bojo da face orgânica da existência e na vida percebida, onde se pode ser o que é (e não um simples objeto). É este corpo que pode servir às novas reflexividades dos valores da força social e política onde o que se almeja, além de apreender o modo singular com o qual ele compreende o espaço, é a sua apropriação de fato (ARENDRT, 2001). Tal apropriação faria surgir o que se denomina por “sujeito corporificado”, permitindo a superação de idealismos e materialismos altamente paradigmáticos. Faria este sujeito corporificado eclodir a importância do drama humano no cenário político (que é exclusivamente existencial) e conseqüentemente no tratamento analítico (na criação de alternativas) sobre o urbano e o processo de urbanização atual (RIBEIRO, 2014). Reuniria ele uma nova síntese entre corpo (isto é, uma bioética que valorizaria o diálogo entre os movimentos sociais e as situações vividas do sujeito, exigindo uma compreensão deste numa ressubjetivação de suas relações sociais, tornando-se a empatia entre os seres humanos relevante à sua compreensão) e espírito (os valores e orientações éticas) (ARENDRT, 2001; RIBEIRO, 2014).

Isto é necessário porque a falta de respostas às indagações do corpo quanto à sua finitude perante a infinita possibilidade de conhecimento sobre o mesmo e sobre o espaço onde se incide (as denominadas auto-identidades) tem estimulado respostas muitas vezes mistificadoras da vida social, obstruindo o caminho vocacional da ciência⁹. Desta maneira, o sujeito corporificado teria

⁸ *Ek-sistência*, o ser para fora; *para-si*, sujeito a estar em contato.

⁹ Esta “vocação da ciência” cunhada na obra de Max Weber não coincide com o termo “missão” deveras encontrada nos nichos voltados à religião. Enquanto este termo designa-se à um destino pré-determinado e não possível de ser transgredido - sendo fadado ao sujeito um papel de coadjuvante nas decisões que toma em sua vida e do como encara o mundo em que vive (não tendo este qualquer ligação com a existência dos papéis societários, pois tanto um como o outro já foram previamente dados) -, a “vocação” se inscreve exatamente no reconhecimento em que o campo da ciência tenha que “dessacralizar” os mitos oriundos dela própria, quando também incorre no mesmo erro ao querer arrogar a estipulação de “verdades absolutas”. Assim sendo, o que Weber propõe quando promove seu método analítico é a relevância de uma crítica epistemológica que tenha por pauta a inclusão dos valores humanos nesta própria ciência (e não uma banalização instrumental ou sentimental da mesma). Por esta inclusão de valores é que o quesito “cultural” encontrado em seus escritos se caracteriza por um “reencantamento do mundo” (ganhando a ciência uma consciência em primeiro relevar a importância desses valores para realmente conseguir transgredir a “burocratização da vida”), pois este significa exatamente o que de mais saliente se pode reconhecer em termos de valores humanizados: significado, simbolismos, intencionalidades, etc. Desta forma, o reconhecimento da importância da cultura tornaria a ciência resistente às amarras da instrumentalidade da ação (como a inundação do discurso pós-moderno nas análises sobre o urbano), da tecnociência (onde os fins científicos justificariam quaisquer que fossem os métodos aplicados) e da erudição retrógrada (advinda, por exemplo, dos meios acadêmicos que se distanciam cada vez mais do “senso comum”). Isto tudo poderia evitar, segundo ele, a “ocidentalização do mundo” ou seu “desencarnamento” enquanto reprodução irresponsável, sendo esta a verdadeira vocação da ciência (WEBER, 1999).



uma grande importância, inscrevendo-se num caminho de definição da pauta contemporânea de valores por conseguir reunir o universal e o singular, ou melhor, uma face organizadora da existência vivida que, ao mesmo tempo, não deixa de se modificar para evitar que as influências de uma consciência maquínica não o coopte e o transforme em corpo-máquina¹⁰. Assim, entende-se aqui que o problema da presença deste corpo baliza-se pela dificuldade que se tem em concebê-lo como potencialidade criadora de espaços, mais precisamente desconsiderando-se a sua experiência de tal forma que, muitos dos campos que se dispuseram a pensar esta situação (de arregimentar uma explicação em como se concretiza a vida coletiva entre a ação do corpo e o seu espaço arrumado), falharam em suas próprias conceptualizações exatamente no momento de conceituá-la em suas investigações.

Desta forma, a proposta deste artigo visa articular uma reflexão em torno da discussão do impacto que sofreu a intencionalidade e sua corporificação no que tange à capacidade de construir significados no espaço urbano. Mais precisamente, verificar como a cidade foi perdendo a sua pertinência material por não conseguir simbolizar a coletividade da vida humana. Isto, devido ao descomprometimento da presença nesta nova conotação de “coletivo”. Todavia, busca-se demonstrar que ainda existem resistências das mais diversas no intuito de encontrar estratégias que evidenciam as possíveis ações condignas à um reencantamento da experiência feita pelo corpo humano (subjetividade) no corpo social (objetividade). Neste bojo, compreende-se que a retomada das reflexões sobre a ética do lugar são urgentemente necessárias para a compreensão de como são construídas (literalmente) as múltiplas narrativas presentes no cotidiano urbano.

Assim sendo, apresenta-se um estudo de caso utilizando-se a análise do *habitat* de algumas pessoas que foram realocadas do campo após passarem por um processo de desapropriação de suas terras pelas monoculturas predatórias da agroindústria (café e açúcar) e realocados em vilas operárias na região interiorana do Estado de São Paulo. Tais pessoas ainda mantêm uma certa valorização de sua tradição em suas casas no intuito de fomentar uma compreensão mais substancial dos processos e mudanças que sofreram ao longo dos anos no núcleo urbano. Neste viés, é possível constatar como estes engendram novas formas de sociabilidade que não só os “colocam” no espaço urbano, mas também o transformam em lugar, ou seja, dispõem este numa modalidade de existência que, agora, não consegue mais se desvencilhar dos seus modos de sociabilidade. Melhor dizendo, esta sociabilidade, que confere e articula novos laços sociais e valorativos, instaura uma busca pela existência efetiva que não se desassemelha do que acontece com outras formas de vida no tecido urbano atual.

ENTRE TRADIÇÕES E MUDANÇAS

Quando da visita às casas destas pessoas na cidade (mais precisamente, para este trabalho, três) e a constatação do caráter de centralidade encontrado, fora possível observar o quanto a relação com a terra era importante para o estabelecimento de uma certa “corporeidade”. Não se está remetendo aqui à relação plausível entre homem, instrumentos de trabalho e a própria plantação, mas à intimidade de uma energia contida que determinava certa criação entre um

¹⁰ Onde o aumento de seu desempenho se encontra na exploração de suas possibilidades de força de trabalho ou ele mesmo se transformando em objeto de trabalho (MARX, 1980).



demiurgo e a revolta ao seu silêncio. Convém lembrar que o demiurgo aqui não está sendo colocado como o deus cristão, mesmo havendo a correlação em traços muito tênues entre os moradores elencados e esta religião. O demiurgo está para a capacidade a qual os residentes guardavam em construir uma resposta que preenchesse os anseios de uma totalidade. Parece haver aqui o embate entre o ser-aí e o si-próprio que tanto contrapunha Heidegger (1929;2008) em suas reflexões. Entretanto, este embate nunca se inclinava nem para um nem para outro (para a angústia do próprio filósofo que constatou isso em seus escritos), colocando nos liames desta indecisão um homem que se lança ao trabalho com a terra em busca de um destino cósmico ou uma beleza íntima contida na matéria bruta.

Assim, havia uma solidão muito saliente nas casas. Não seria esta uma condição opcional, como se os residentes vivessem sozinhos por sua decisão. Esta solidão aparecia como num vácuo criado entre a vontade humana de querer se impor e a constante negação de um fim desta vontade e de seu objetivo inicial. Os rastros eram difíceis de decifrar. O único caminho disponível era o trabalho do campo e a disposição de alguns utensílios ao descanso. Esta relação era deveras criada como se uma paisagem, por menor que fosse, se ofertasse como um retrato. Todavia, a solidão ali não suscitava um desespero, e sim demandava um aguardo. E era este aguardo e a relação com a terra que em muito se identificava as casas observadas. A espera demandada surgia da resistência de uma substancialidade que se cria como fonte original e contingente de todas as potencialidades possíveis com as ações sobre a terra. Plantar e colher, adubar e o saber as estações certas ao plantio resguardavam todo o caráter de “destino cósmico” que poderiam suscitar.

Como exemplo, tem-se a casa do morador 1. Esta possuía muito mais afinidade ao trabalho rural do que algumas outras. Isso, pois, devido a uma insistência muito maior por parte deste senhor de ainda se dispor incessantemente às clemências de seu labor e ao retorno em que a plantação lhe poderia assegurar. Havia utensílios preciosos que deixavam estes vestígios. Um exemplo é o capacho de ferro (também conhecido como “limpa-barro”, um instrumento de ferro que serve para limpar os pés). Esta casa, ao fundo, ainda mantinha uma horta, alguns pés de cebolinha e cheiro verde, além do próprio morador 1, quase em toda manhã, sair para cortar lenha.



Figura 1: Capacho de ferro da horta do morador 1.

Fonte: acervo próprio.

A separação entre o quintal de terra e a casa se fazia de uma maneira extremamente peculiar: o capacho era o único instrumento envolvido com o trabalho do campo que tocava o chão em sua casa. Logicamente que o capacho não teria outra finalidade se não estivesse no solo. Todavia, é notável que todos os instrumentos que são destinados ao arado ou ao corte da madeira se encontravam pendurados no telhado da pequena varanda ao fundo. E não somente estes instrumentos: as botas, o chapéu, as varas de pescar e alguns apetrechos semelhantes a canecas que possivelmente serviriam de regador à pequena horta ao fundo. Parecia o morador 1 muito mais afeito com a vida que levava do que em outras casas em que foram constatados estes utensílios dispostos do mesmo modo. Estas casas seriam as das moradoras 2 e 3.

As casas dessas senhoras se ausentavam de hortas. Era pouco comum a criação de animais. Havia algumas árvores frutíferas em uma ou simplesmente algumas rosas plantadas. Aqui já poderia ser salientado uma característica que se tornara constante no trabalho de campo: na casa dessas senhoras (e na do morador 1) lá estavam as cadeiras para se sentar em estado de contemplação. Na casa da moradora 3, que era tipicamente operária e localizada numa das ruas abertas estrategicamente pela usina açucareira para a construção de habitação para seus empregados, tinha-se uma antiga garagem que se servia a este ato. Antigamente, nesta garagem existia um poço ao qual se coletava água para consumo próprio. Contudo, devido ao aumento da cidade e com as leis municipais para a vedação destes poços (visando o controle de doenças por bactérias que poderiam contaminar a água), a garagem ali fora feita para abrigar as caminhonetes e pequenos veículos agrários que vinham do meio rural. Quando estes trabalhos se cessaram, este abrigo serviu como um receptáculo de todos os tipos de utensílios, dos mais modernos aos mais tradicionais. E poder-se-ia começar a catalogar, entre os mais modernos, a bicicleta.

Para os residentes, sua forma de locomoção passava longe deste meio. O que havia de valor à locomoção era o cavalo, a mula e a carroça. A bicicleta só ganharia valor uma vez que a carroça



perderia *status* quando o asfalto e a vida na cidade impossibilitassem a criação e a manutenção de animais de grande porte. O deslocamento ao novo emprego (usina), após a perda de terras e a forçosa mudança para a zona urbana, teria mesmo que ser feito de bicicleta, uma vez que a compra de automóveis estava fora de cogitação às exíguas economias. Além disso, é perceptível, em muitas casas de caráter operário, a ausência deste abrigo (garagem) em sua planta. Com isso, a localização destas moradias já era próxima ao local de trabalho, dependendo o trabalhador de suas próprias forças, ou seja, ir a pé ou de bicicleta para o ofício.

Aliás, a própria garagem é por si uma distinção de modo de vida, já que o os moradores mais abastados se tornariam agricultores e proprietários de terra, dessa maneira, deteriam veículos automotores que concederiam o seu deslocamento da área urbana à rural e vice e versa. Isso significava um acentuado distanciamento da vida do bairro rural (ao qual faziam parte) aparecendo eles agora de forma pontual nas festas, em alguns auxílios às pessoas conhecidas por lá ou, se fosse uma figura importante, incitando o desaparecimento da localidade. É por isso que a casas das moradoras 2 e 3 apareciam de forma um tanto angustiada. Melhor dizendo, as próprias residentes passavam esta angústia quando descreviam as suas casas ou os objetos nestas.

A moradora 2, por exemplo, tinha como utensílio distinto uma mesa feita por seu pai. Esta mesa, segundo ela, já tinha quase cem anos. Fora trazida de sua antiga casa no meio rural para a cidade onde ali sentavam os pais e os irmãos para comer. Este móvel não se encontrava mais dentro da sua casa, e sim na área de serviço. Todavia, este móvel era o preferido de sua mãe que gostava de se sentar à sua frente nos períodos da tarde. Sendo assim, os demais utensílios se espalhavam pelo lado de fora: imagens de santos no forro da varanda traseira, bacias que antigamente serviam para tomar banho penduradas na parede de um pequeno cômodo localizado no quintal e o próprio lote que continha algumas galinhas.

Entretanto, dentro de sua casa, já muito se havia modificado. Era de uma dificuldade enorme para esta senhora se lembrar da vida no antigo sítio que habitava. Tinha que constantemente recorrer à mãe (já idosa e que quase não se recordava das perguntas às quais eram feitas) ou observando atentamente todas as pequenas partes daquela mesa. Nos corredores da casa, na medida em que ia da varanda da frente ao fundo, era muito comum parar entre um cômodo ou outro e incitar uma diligência de lembrar da vida que levava antes da sua mudança. Recorria, portanto, a um esforço pela própria consanguinidade. Todavia, pelo caráter altamente modificado de sua casa, se tornava difícil esta ligação. Tentava insistentemente, por exemplo, na observação dos quartos que ainda possuíam algumas camas que pertenceram aos seus pais e irmãos.

A mãe, por ainda estar viva, se tornava uma importante fonte de consulta, porém, como referido, já não mais confiável. A única saída era a disposição da mesa feita pelo pai e a colocação da cadeira da mãe em frente à mesma. Mesmo que houvesse outra cadeira em seu quintal, esta também estava virada para o móvel (e era a qual se sentava).



Figura 2: A mesa confeccionada pelo pai da moradora 2. Na foto, se encontram ela (em pé) e sua mãe (sentada).

Fonte: acervo próprio.

Mas era na casa da moradora 3 que esta angústia se apresentava de forma mais acentuada. Na garagem descrita acima, reunia-se todo e qualquer tipo de utensílio. Tinha-se a bicicleta, cadeiras destinadas a mobílias de cozinhas e salas (dignas de um catálogo de revista sobre “*design* de interiores”), fogão a gás, varas de pescar e as enxadas. Estas estavam do mesmo modo que a casa do morador 1, isto é, não tocavam o chão. Porém, o que mais chamava a atenção eram as duas cadeiras encontradas nesta garagem, onde a moradora 3 e seu marido se sentavam para conversar. Estavam dispostas para a saída, se inclinando ao quintal de terra localizado atrás da casa.



Figura 3: Garagem da moradora 3. Em destaque, as cadeiras utilizadas por ela e seu marido.

Fonte: acervo próprio.

Neste lote havia outra casa que já tinha sido derrubada e que era de um parente próximo. Ainda se tinha no chão alguns vestígios desta demarcada com alguns pedaços de madeira, entre outras saliências no terreno e na parede do muro. Também destoava-se um pedaço de madeira no solo que se servia de capacho. Mesmo que a casa da moradora 3 não tivesse horta alguma, sua referência estava salvaguardada. Era como se quisesse saudar tempos pretéritos não somente do labor, mas do modo de vida que ainda gostava de lembrar e de resguardar no canto escuro da garagem. Assim, o capacho, para algumas casas, servia-se como uma ponte que ligava o passado e o presente, um ordenador de tempos e de espaços num tipo de habitação que exalava o amorfo.

Talvez o próprio capacho, com esta função de ponte, também se ofertasse como uma possibilidade de diálogo com o eterno retorno liberado pelas energias gastas nas atividades laborais. Isso porque todos aqueles que acessavam os grandes quintais de terra tinham de, por obrigação, passar por ele na volta. Era neste ato da volta que o passado se prendia, mesmo que de uma forma um tanto imperceptível e levada a ser esquecida com o passar dos anos. O demiurgo ali, cujo contato era criado por este simples apetrecho, estava na relação proporcional entre a sua função ao chão e a possibilidade de servir como passagem e concessão em, ao sair do chão trabalhado (ou outrora trabalhado) e entrar no chão do sagrado, o residente dispor os instrumentos de trabalho quase como um troféu (ou objeto museológico, para utilizar um conceito contemporâneo) por vencer as agruras do tempo e da solidez com suas próprias forças. Então, que seria o sagrado? O dentro ou o fora?



Mesmo não se sabendo a resposta de forma certa, resistia este capacho, autêntico ou improvisado, como uma prova de que, o toque ao chão, era um apelo fundamental. Poder-se-ia o residente, com o tempo, perder parcialmente o contato com o seu modo de vida pelo mundo do consumo: eletrodomésticos, automóvel, etc., mas não conseguia ser desvinculado totalmente devido a sua referência ao solo, ao colocar a cabeça para baixo quando era demandado o ato de limpar os seus pés.



Figura 4: O capacho improvisado no quintal da moradora 3.

Fonte: acervo próprio.

Mesmo que no interior da casa da moradora 3 a relação com a forma moderna de habitar estava deveras estampada (móvel, televisão, micro-ondas, tevê a cabo), pouco ali permanecia. Era a varanda traseira e a garagem iluminada por uma única janela que detinha a função primordial de seu hábito. Esta força exalada por este hábito, isto é, de se sentar de forma contemplativa, era o aguardo (assim como a da moradora 2) da esperança inquebrável de uma resposta capaz de fazer emergir toda a carga do passado.

Isto poderia explicar a forma que apareciam alguns oratórios. Muitos não tinham uma relação próxima com o plano místico da religião (como alguns que tinham a imagem do Papa, cartazes de novena confeccionados pela paróquia municipal, etc.), mas com o que, ainda no mundo dos vivos, poderiam suscitar de igualdade entre estes e os mortos. Muitas vezes, estes oratórios não faziam referências às imagens, mas sim à própria disposição dos objetos nas casas, como as citadas enxadas e capachos¹¹. Classificavam-se estes residentes, desta forma, como dignos de um respeito que, porventura, fora tirado em algum momento da vida e por forças que não entendiam como, por

¹¹ Alguns oratórios, quando pouco dispunham de imagens sagradas, ornamentavam-se com alguma coisa que distinguia os residentes da casa, como listas com os nomes dos mesmos ou algum objeto que os lembrassem.



exemplo: o mundo do trabalho, o âmbito legislativo nacional, estadual e municipal que aos poucos foram instituindo leis de taxação e a delimitação de suas terras. Isto devidamente somado com a consequente relação arquitetônico-urbanística moderna de adaptação às novas maneiras de habitar.

E para tal exemplificação, era na casa do morador 1 que este tipo de apelo era constantemente reclamado. Tanto que o oratório da casa não se encontrava de forma alguma numa relação vertical, como era afeito em algumas habitações onde a relação deveras sacra (vertical) indicava certa importância entre seu oratório e a disposição em altura elevada dos quadros sagrados espalhados nas paredes. A horizontalidade da relação homem e o “outro lado” era feita exatamente como se enxergava este senhor. No liame, no limite, num igual para igual dentro de sua morada. Corpo e alma¹² assim se amalgamavam e eram levados a uma representação (*res-apresentação*) de forma a horizontalizar a vontade humana e quiçá demiúrgica (isto é, na exigência de uma resposta no aqui e agora). Talvez, poderia ser essa a real intenção da disposição das cadeiras contemplativas do morador 1.

Mesmo que ao fundo existisse um sofá velho para se sentar, este estava constantemente ocupado pelos apetrechos do campo. Era na frente da casa, onde estava o abrigo para carros (que não dispunha) que estas cadeiras se encontravam (de forma um tanto orgulhosa). Talvez, uma hipótese plausível para que estas cadeiras estivessem dispostas daquela forma (assim como as das moradoras 2 e 3), seja a de que as mesmas não só estavam ofertadas ao ato de contemplação, mas ao da vigília¹³. Vigília esta que remetia à uma tentativa, por mais lânguida que fosse, de religar alguns laços com a tradição, mas que constantemente escapavam pela casa já não mais comportar um sentido entre o imanente e o transcendente (ou começava a apresentar alguma excepcionalidade). Era por isso que seu oratório era mais horizontal, porque as imagens de santos que havia em sua casa se espalhavam pelas janelas numa forma de se lembrar e de se proteger das agruras do efêmero e do desconhecido do mundo presente, e não de outro que jamais havia visto.

Assim sendo, o problema remetia-se mais uma vez na incapacidade de uma totalidade. Este problema suscitava uma ausência de conceituação tremenda, já que a busca da substancialidade aparecia exatamente num patamar que veladamente era reconhecido: no próprio homem e em seu esforço. Era por isso que as enxadas, machados e rastelos faziam toda diferença ao morador 1. Elas faziam este senhor enxergar além daquilo que a solidez da matéria, no caso, a terra, oferecia, e remetiam este problema da totalidade numa reflexão importante: na obsolescência de sua casa através do paulatino aposento de suas ferramentas (e no esforço que ele mesmo tinha que fazer para refrear este processo). Tentava assim, com seus apetrechos, incitar sua vontade acima de uma resistência e de uma solidão que queria vencer. Isto, pois, para ele, ainda na ativa em alguns afazeres tradicionais, conseguia arrumar seu espaço ao ponto de com eles criar uma imagem para si, para tentar transformar a sua casa em um templo, onde a vontade do sonhador e a criação da deidade incitassem e servissem de residência para a sua imaginação imanente (resumidamente, na criação de uma imagem de si próprio). Assim, neste processo, descobria que só ele poderia confeccionar uma paisagem criada à sua semelhança para explicar seu espaço de convívio consigo e com os outros.

¹² O sujeito corporificado de Ribeiro (2014).

¹³ Na crença que este senhor tinha em poder resguardar esta casa com a mesma força que as entidades.



Assim tentava a moradora 3, mas perdia o seu ponto norteador pela própria forma de dispor e representar o capacho que ali estava em seu quintal. Não havia o porquê fazer ou comprar outro se não lhe servia mais. Talvez uma referência por menor que fosse poderia incitar aquela imaginação. Na verdade, isso indicava uma ingenuidade que, no fundo, já sabia. Era por isso que recorria a um tempo em que, com seu marido, poderia se sentar e lembrá-los. Mas, tal qual a sua garagem que a tudo comportava, suas lembranças já se embaraçavam. Tanto que as enxadas penduradas se dispunham de uma forma um tanto tímida, ao fundo do abrigo, como se a obliteração de sua existência fosse caracterizada a partir da disposição destas ferramentas.

Também como a moradora 2 que demonstrava uma preocupação com este mesmo problema, vide a insistência em manter um móvel que já não servia mais para o uso cotidiano. Entretanto, o problema deste móvel não era que este não estava num bom estado de uso, mas sim que não correspondia a um estilo de vida que tentava (pelo consumo) alcançar, atrapalhando a centralidade (*arché*) da casa enquanto um possibilitar fluidez às suas lembranças. As peças, uma vez trocadas (e mesmo que estas promettessem ter a mesma correspondência que as mais antigas), não funcionavam da mesma forma. Porém, é compreensível que o fardo para isso seja depositado em utensílios de vida efêmera, se tornando uma odisséia que já tenha, por começo, um término prévio ou a fuga de um fim proeminente. Talvez, tal odisséia seja a de “matar o tempo” a qualquer custo. Não obstante, ficavam estas pessoas que assim acreditavam num “sem chão” numa obsolescência quase que irremediável. Isso tudo somado ao fato de não poder recorrer com tanta facilidade às suas antigas dimensões sócio-espaciais para poder buscar qualquer tipo de orientação (antes encontradas no campo). Vide o projeto das casas mais novas que espoliavam seus residentes de qualquer tipo de relação além daquelas pré-estipuladas nos novos códigos civis.

Contudo, mesmo numa habitação onde a relação com o lote seria a de, tecnicamente falando, considerá-lo com o único intuito de aumentar os seus cômodos (já que a casa popular tinha no máximo uma divisão em: uma sala de estar, dois quartos e um banheiro), a exiguidade das finanças do recém-chegado à zona urbana abria brechas para certa perpetuação de seu modo de vivência. Ficava assim, como alternativa e tarefa, a terra devoluta do quintal, única forma de manter a construção constante do tempo e o centro da matéria¹⁴ intacto para estabelecer uma coerência entre o velho e o novo. Era isso o que denunciava, por exemplo, o capacho, pois lembrava a todos um desafio primordial: o de uma linguagem¹⁵ que não poderia se deixar vencer facilmente pelos tecnicismos cotidianos, onde estes transformavam a horta num jardim e o lugar num espaço dado à um quarteirão.

Servia ele (capacho) de uma passagem onde a resposta recaía-se numa maiêutica. No entanto, de difícil reconhecimento por parte daqueles que não mais o dispunham. E, quando assim procedido, o preço da sacralidade dos instrumentos de trabalho se cobrava firmemente. E cobriam o quê? Aquela centralidade da matéria, a manutenção da construção da coisa (a guardiã da relação paisagem, espaço e tempo) arrumada num lugar específico que mantinha aquela terra em seu ser. Isto é, naquele princípio de concentração que conservava um peso para não ser levada pelo tempo e que redimiria a tentativa ousada dos residentes em se esquivarem de quem eram para, então, tentar perdurá-los ao sal da terra.

¹⁴ Substância.

¹⁵ Remetendo-se àquilo que institui a possibilidade de abertura de uma fenda através da compreensão da fala do ser-aí (em latim *Locus*, que remete à Lugar).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A asserção principal aqui fora pensar uma questão que envolve não somente a identificação do fenômeno sobre a cidade contemporânea e seus problemas atuais, mas também quais saídas daremos à um futuro que parece não muito distante e que envolve problemas entre: a experiência do tempo e do espaço, a cognição simbólica (reflexão, introspecção) e a construção literal de uma coerência entre homem e mundo da ação. Entretanto, o conceito de “essencialidade” tampouco foi tomado aqui como um antídoto para este tipo de empecilho. De fato, o que se intentou neste artigo foi entender como algumas pessoas se inscrevem em sua complexidade histórico-existencial tão cheia de desvios e recomeços. Assim, fora feita a tentativa de verificar algumas de suas pelejas diárias em se tornarem legítimas num lugar que não lhes foi dado e sim criado, inventado, desfeito e recomeçado. Mais precisamente, pautou-se em verificar o confronto que, em seu *habitat*, travava quando outros elementos teimavam em fazê-lo “escoar”, possibilitando a reconsideração entre o “ser” e o “ser coletivo”.

Situação esta que se mostrava numa resistência fatigante, mas que servia de uma habitual reconstrução memorial em busca de respostas ao futuro. Hábito este colocado sob a luz do presente, o que realça ainda mais a dificuldade de sentidos numa conjuntura tão absurda que é o inventar a si mesmo no mundo. Aliás, “mundo” este visto sob a ótica de sua luta, pensado à maneira dos gregos que encaravam este “mundo” como um limite instaurador que inicia, que coloca o homem a pensar verdadeiramente. Ou, hoslístico, isto é, a partir de sua perspectiva é que este ser humano abarca as demais diferenças de mundos, se reescrevendo assim no seu próprio, sendo esta a *circunstancialidade do lugar*.

Mesmo que os residentes que habitavam o campo, frutos já de uma desqualificação perante um mundo dado à velocidade e à estratificação física e temporal, sofriam de um processo de rechaçamento irreversível tanto de seu espaço quanto de seu ser, o que era mais provável, isto é, seu desaparecimento, se tornava elemento de resistência: era perante o seu fenecimento que eles se serviam mais obstinadamente ao cultivo de seu lar. Além do mais, deve ser este o momento mais propício ao surgimento de certa resistência (edificar) de um homem levado à sua absurdidade: encontrando-se num arcabouço de problemas identitários onde seria forçado a reconduzir mais uma vez o seu si-mesmo, teria que provar de novo (cultivar) a importância de ainda ser digno de ocupar um lugar no mundo.

Desta forma, buscou-se respostas em muitas disciplinas para tentar explicar a formidável resistência destas pessoas e de sua casa na cidade por meio de uma palavra quista como arrazoadora. De fato, a terminologia mais próxima havia sido cunhada por Ribeiro (2014), isto é, a de “sujeito corporificado”, aquele ser humano digno de direitos à existência, amparado por todos os instrumentos legais possíveis que deveriam dar-lhe aporte para, no mínimo, subsistir. “Sujeito” aqui caracterizado por um humanismo diferente, de carne e osso, digno de presença e dado à troca de experiências com o senso comum e também com as instâncias acadêmicas. Neste ponto, compreende-se este sujeito corporificado como o cerne do problema contemporâneo, como um ser humano que sente as insuficiências do existir e que busca com a ação (esta, uma formidável ferramenta portadora de tempo, pois potencializa os acontecimentos a se tornarem lugar) um novo começo, uma luta por integridade. Assim, o sujeito não busca somente “conquistar um espaço”, pois ele já o é com a sua presença. Desta maneira, esta capacidade de presença se torna autêntica,



pois se utiliza de sua própria forma de olhar o mundo para absorver e resolver, em seu âmbito, os problemas da diversidade de mundos¹⁶. Assim sendo, o sujeito corporificado, em poucas palavras, seria o digno de lugar e memória, portanto, digno de existir.

E o que tudo isto tem a ver com o habitar? A descoberta de que todo ser humano é “nostálgico à unidade”¹⁷, que exige por seus próprios esforços (conforme a sua condição) uma razão para a sua vida, ansiando compartilhar nos extremos de seus limites todo este arcabouço problemático com outras existências e, para isso, edificando e cultivando alguns símbolos que apelam à este desvelamento. Neste viés, o *habitat* seria o verdadeiro instaurador da temporalidade entre corpos e coisas. Isto é, ele não descreve meramente o “ser do ente ali presenciado”, mas revela um *acontecimento* que fora um dia *apropriado* e levado à *compreensão*. Melhor dizendo, *uma compreensão da temporalidade humana*. Ele, enquanto *res-presentado*, faz o homem se encontrar no lugar e no tempo (fá-lo *habitar entre* estas instâncias). No mais, o *habitat* (e consequentemente a casa) seria a condução à uma afinação de um comportamento que instaura um comprometimento. Seria ele a materialização de todo problema relacionado à vida e ao pensamento humano, o qual seria a transcendência e a intencionalidade como princípio fundante. Questões estas ainda caras à disciplina de urbanismo nos tempos atuais.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa, Portugal: RELÓGIO D'AGUA, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR, 2005.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: RECORD, 1999.
- CORBOZ, André. El territorio como palimpsesto. In: *Lo Urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona, Espanha, s/v, s/n, 25-34, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 1991.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo, SP: PERSPECTIVA, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 11.ed. São Paulo, SP: LOYOLA, 2002.

¹⁶ Melhor dizendo, o problema que se instaura aqui é devido a quantidade exorbitante de auto-identidades criada pelo mundo contemporâneo sem bases sólidas, isto é, sem quaisquer mediações com algum lugar e com o agravante do aumento do distanciamento dele por intermédio das novas modalidades tecnológicas. As conseqüências deste fato seriam uma ampliação da experiência ao ponto de exceder a capacidade ontológica que o sujeito possui (a capacidade de reconhecimento de lugares, temporalidades, coisas e sujeitos), sendo possível estar em vários lugares ao mesmo tempo sem precisar da presença para tal feito.

¹⁷ Camus (1999). Poderíamos traduzir esta “nostalgia” através da importância que o problema do lugar ganhou na contemporaneidade. Isto significa que o mesmo nunca deixou de perder efeito nesta era como apregoam alguns autores (BAUMAN, 2005; GIDDENS, 1991), mas sim que a sua busca nunca fez tanto sentido, uma vez que o mesmo fora invadido incessantemente pela imensa quantidade de experiências fragmentadas que são oferecidas a todo momento. Entretanto, isso não significa um pensamento voltado à extremismos partidários defensores de uma “pátria” ou de um “povo”, mas incide-se na reflexão da força da concretude existencial centrada na circunstancialidade do lugar como fator primordial ao ser-aí do homem (MARANDOLA JÚNIOR, 2008).



- HEIDEGGER, Martin. A essência do fundamento. (134-188). In: *Marcas do caminho*. Petrópolis, RJ: VOZES. 1929; 2008.
- MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Entre muros e rodovias: os riscos do espaço e do lugar. *Antropolítica* (UFF), v. 24, n°24 p. 195-218, 2008. Disponível em: http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_24.pdf. Acesso em: jan.2018.
- MARX, Karl. *Karl Marx: sociologia*. 2. ed. São Paulo, SP: ÁTICA, 1980.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Ação e seleção social: impulsos globais em contextos metropolitanos. (137-148). In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL, 2014.
- _____. Ética na ciência: aspectos sociológicos. (17-28). In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL, 2014.
- _____. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. (17-30). In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL, 2014.
- _____. Território brasileiro: usos e abusos – Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. (141-152). In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL, 2014.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: EDUSP, 2002.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 21.ed. Rio de Janeiro, RJ: RECORD, 2011.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo, SP: PERSPECTIVA, 2012.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo, SP: COMPANHIA DAS LETRAS, 2004.
- _____. *Max Weber: sociologia*. 7. ed. São Paulo, SP: ÁTICA, 1999.